



DA RESISTÊNCIA AO MOVIMENTO

O presente número de *Trabalho&Educação* chega ao público em um momento especialmente importante da vida brasileira, em seus aspectos políticos, socioeconômicos e culturais. Concluído o recente pleito nacional, os resultados impõem reflexões, exames e reexames de itinerários e perspectivas de luta em torno da emancipação humana e de rumos mais positivos à educação.

O desfecho do processo eleitoral põe como balizamentos do horizonte nacional pelo menos duas possibilidades bem palpáveis. Por um lado, o ocaso relativo de uma das mais canhestras figurações de poder que o capital atrófico entre nós teve a virtude de engendrar. Nesse sentido, retira-se do palco o personagem, de larga e potente nocividade e vileza, mas não cessarão os ecos de sua passagem pela cadeira presidencial, principalmente tendo em vista que nenhuma figura política é fruto autônomo de si mesma. Ao contrário, essa personalidade atroz teve a incumbência de expressar um dos veios pelos quais o desenvolvimento da processualidade brasileira, em articulação ao mercado mundializado, gerou um punhado de aporias e frente a elas estacou. Em um dos piores mundos possíveis, a baixezinha de caráter, a estreiteza de propósitos e a miopia histórica das classes dominantes brasileiras, tão multilateral em suas atrofias quanto o capital que acumula, normalizou o esquema falsário de 2018 e tentou, na maioria das vezes, no máximo, enquadrá-lo. Se isso, por si só, apresentou-se perante elas como um feito praticamente hercúleo, como, então, supô-las dispensando o mediador, mesmo ele expondo suas vísceras apodrecidas pelo amesquinamento de perspectivas do capital brasileiro, *pari passu* ao festival de absurdidades que cometia?

Por outro lado, as eleições descortinaram uma resolução transacionada, com a montagem de um dispositivo político de alianças em torno de uma figura que ata, ao menos no nível da fantasmagoria, com um momento fulgurante de engajamento econômico no mercado mundial do capital. Como consequência, desagua-se, então, na propositura costurada por um conjunto de posicionamentos, o qual se abre como um arco de sustentação de poder cuja materialidade, no fundo, obtém seu vigor mais da negação da abjeção imediata – a qual, obviamente, cabe fazer frente – do que propriamente de algum itinerário que se possa vislumbrar. E isso, não somente pela força e pela fragilidade da posição política. ou mesmo da ausência de explicitação de, pelo menos, algumas linhas mestras do que poderia ser feito – desfeito – de maneira um tanto articulada. Esse vetor existe, mas não é o único. Trata-se, também, do esgotamento relativo de rumos diversos dentro dos contornos do capital. Constatação que se impõe com mais força quanto mais se compara a situação do Brasil à do mundo do capital central. Como aqui, lá a situação também não é substancialmente tão distinta. De reforma em reforma, de conflito em conflito, as economias ora paradigmáticas do capital igualmente se estagnam e giram em falso, engendrando, no ambiente de nulidade humana do capital, um sem-número de becos sem saída e confrontos destrutivos.

O caso brasileiro, a esse respeito, apenas retoma, em sua particularidade miserável, a reedição de um passado, sequer tão passado assim, como solução aparente - ou até ilusória - para seu descaminho na falta de uma bússola de autêntico futuro. Nada de tão diferente assim das fábulas que transcorrem ao norte e além-mar. O que nos aguarda, então? Muito provavelmente, a reinstalação de uma montagem político-administrativa

mais ou menos “republicana”, cuja face exhibirá, talvez, o rosto de um poder burguesamente costurado com um mínimo de compostura.

O que não significará, evidentemente, a simples reedição do paraíso lulista de um “nunca, dantes, na história deste país”, uma vez que a história, aprendemos com os comentários de Marx a Hegel, nunca se repete de verdade. O acontecimento histórico brasileiro que estará em vias de ser reencenado deve, em seus inícios, retomar algumas vestes tomadas de empréstimo da peça de década e meia atrás. Aparência que, plausivelmente, poderá se esfumazar tão logo a força objetiva do presente demonstre a indisponibilidade relativa de elementos cenográficos – internos e externos –, desvele seja o descompasso do tamanho atual dos atores com o feitio dos antigos figurinos e os descosture por completo, seja o cansaço social de personagens e público para simplesmente levar a efeito uma reedição.

O que nos cabe fazer, então, em termos de perspectiva de futuro?

A palavra de ordem dos últimos anos tem sido a mesma, malgrado as diferentes acepções das quais ela pode se revestir: “resistência”. Resistência à desmontagem do pouco que se tinha, à incivilidade, à escuridão, ao pavor, ao horror, à miséria, ao passado.... Enfim, a uma miríade de males que escorreram, em esgoto a céu aberto, da aniagem mal cosida e grosseira da vingança dos não-vencidos em 1985, que fariam a trama pandórica de Zeus parecer um regalo misericordioso aos mortais. No entanto, de resistência não se vive, nem à pura vilania, nem ao seu oposto, o domínio regido pela minimização da violência direta.

Ao despontar de mais um governo regido pela égide do capital em subordinação eterna, porém, no limite do possível, com certa dignidade estatal, há que retomar, de nosso lado, algum movimento. Porque, não se hesite e duvide, o lado da manutenção pura e simples das mediações do capital atrofico já se pôs em marcha para tentar reatar seus nós com a “normalidade democrática” de sempre, sem ter de ceder um milímetro que seja de espaço para qualquer compensação das perdas societárias amargadas desde o “ajuste” incontrastável e inegociavelmente imposto desde 2016.

Requer-se retomar o movimento em torno de substancialidades vitais, as quais foram vitimadas pelo movimento depletivo do protobonapartismo bolsonarista. Movimentação destrutiva a qual, diga-se, foi em seus primeiros momentos – os de “reformas” – incensada por diversas esferas societárias que ora se arvoram escandalizadas pelo fétido aroma que exala de seu último companheiro de naufrágio. Provas de que o amor pela democracia, declarado por um coração liberal ou meramente institucionalista, em nada recusa sua propensão a paixões amiúde abusivas. O flerte com as diversas formas de perversidade é, para ele, uma cartada certa na impossibilidade real de um enlace mais amplo e generoso. Por isso, não há que se acalmar somente com a retomada do horizonte político disciplinado e regrado. Isso é o mínimo que a coerção burguesa ao mais-valor deve “oferecer”.

O movimento tem de ser pautado pelo que o horizonte de futuro demanda no presente, grife-se, dos brasileiros. A tradução dessa perspectiva urge se dar necessariamente pelos termos de não apenas uma nova costura cenográfica, mas também da reelaboração dos andamentos e dos enredos da encenação.

No que concerne à retomada da movimentação mais geral, duas requisições de combate são mais que imperiosas: a derrubada do teto dos gastos e a reversão das contrarreformas sociais, grandiloquentes e sussurrantes, impingidas nos últimos seis

anos. De uma parte, sem a reconstituição de um montante de reserva do capital em geral, do qual o Estado se assenhora em nome dos proprietários, pouco se consegue disputar e a luta não se instaura. Ademais, é necessário que essa refazenda tenha por norte mais as coisas públicas que as políticas. Em outros termos, há que se transladar o sentido de política pública para além da política. Pois, sem a recuperação das condições minimamente dignas de vida de extensos contingentes humanos, as ruas jamais acontecerão – senão na imaginação de alguns grêmios partidários de esquerda.

No que tange à particularidade da educação, área de pensar e terreno de batalha na qual milita *Trabalho&Educação*, evidencia-se como importante a retomada de espaços formais e informais de representação e de apresentação sociais. Mais que isso, há também que os remodelar de baixo para cima e fazer com que sua potencialidade representativa possa ser recuperada. Entidades e instâncias devem voltar a atuar como fóruns advocatícios de seus representados, dando-lhes voz e fazendo ouvir tanto os timbres comuns quanto aqueles diferentes. Precisamos atuar nesses dispositivos político-acadêmicos de modo a fazê-los atuar como algo mais que birôs de agências de fomento e assemelhados ou como mediadores da competição entre pares.

Movimento de “ocupação” que pode e deve ser feito simultaneamente à construção de redes multilaterais de atuação que congreguem as áreas de ciência e de educação, em uma colaboração ativa pautada, antes de tudo, pela evidente clareza de seu remetimento recíproco. Essas malhas de solidariedade precisam elas mesmas serem tecidas na e pela pugna inicial e urgente: a cessação imediata do movimento deletério das tesouras orçamentárias da administração do capital atrofico. Um contramovimento, um não aos cortes, pondo na mesa de negociações a recomposição, mesmo que escalonada, na forma de lei, dos diversos orçamentos.

Não será nada fácil, por certo!

É com este espírito de movimento e não apenas de espera que convidamos os leitores a mobilizarem também o espírito e a aproveitarem os artigos que pomos à sua inteligente e criteriosa apreciação neste número da Revista *Trabalho&Educação* v.31, n.2 (2022).

No primeiro artigo, *APPROCHER LA CREATION PAR LA VOIE DE L'EXPERIENCE*, Jean-Marie Barbier, Vitali Marie-Laure e Dutoit Martine apresentam dados do projeto de pesquisa coletiva, realizado em 2018 pela Cadeira de Formação e Práticas Profissionais da Unesco- Cnam, ampliado pela Cadeira de Formação Profissional, Construção Pessoal, Transformações Sociais da Unesco no Institut Catholique de Paris. De acordo com os autores, a experiência de pesquisa estabelece o caráter conjunto das transformações realizadas e define, em particular, a criação como uma transformação conjunta do produto da atividade, da própria atividade e do sujeito em atividade.

Claudie Rey, no artigo *LA FORMATION DES ASSISTANTS DE SERVICE SOCIAL CONTINUITÉ ET DISCONTINUITÉ DANS LA TRANSMISSION DES SAVOIRS*, averigua a formação em alternância de assistentes de serviço social. A análise das informações, coletadas através de entrevistas e observações, revela uma dissonância entre a formação e o exercício profissional. Essas disjunções podem ser consideradas como sistemas de tensão e são integradas no longo tempo da prática, em cada grau dos percursos biográficos, das trocas de saberes da experiência entre colegas e de uma reelaboração da relação com o saber.

Agustina Corica, no artigo *PASAJE DE LA SECUNDARIA A LA UNIVERSIDAD: UN ESTUDIO SOBRE LOS SOPORTES DE ACOMPAÑAMIENTO A JÓVENES EN LA*

ARGENTINA, pesquisa o fenômeno da massificação da educação universitária na Argentina, o estudo é derivado de uma investigação realizada entre 2021 e 2024, no âmbito do Programa Juventude da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) – Argentina e a Universidade de Salvador (USAL). A partir da análise de políticas e programas de acompanhamento em nível universitário, a autora conclui que “as bolsas são uma modalidade de acompanhamento nacional, mesmo em contexto de pandemia, a que, no último período, soma-se às diversas iniciativas que as universidades promovem para sustentar as transições, ações que muitas vezes acontecem em conjunto com o nível secundário”.

No artigo *CONTRIBUIÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO PARA A FORMAÇÃO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA*, Marcelo Darlan Herpich, José Luis Machado e Rodrigo Schaefer discutem como uma ação extensionista envolvendo a internacionalização fomentou a formação integral de uma estudante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC). Os dados do estudo, coletados através de entrevistas e relato de experiência, apontaram que a ação extensionista contribuiu para a formação integral da participante, já que proporcionou-lhe, entre outros aspectos, uma visão mais ampla do mundo, dos próprios horizontes culturais e das outras pessoas.

Vitor Bartoletti Sartori, no artigo *MARX, A MERCADORIA FORÇA DE TRABALHO, A PRODUÇÃO E A JUSTIÇA*, analisa a noção de justiça em Marx, O autor explicita como Marx, no livro *O Capital*, “questiona as formas jurídicas e a justiça mostrando que, no modo de produção capitalista, elas pressupõem sempre a relação-capital e, portanto, a compra e venda da mercadoria força de trabalho”. Revelando, assim, que não há algo como um princípio da justiça em Marx.

Ricardo Alves e Celia Piatti, no artigo *PROJETO PROFISSIONAL DO JOVEM DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA: A RELAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO NA EMANCIPAÇÃO DO JOVEM*, buscam investigar as contribuições do projeto profissional do jovem egresso da Escola Família Agrícola Rosalvo da Rocha Rodrigues, com foco na formação profissional, geração de trabalho e renda. Lançando mão do materialismo histórico como princípio de pesquisa, os autores concluem que a formação via pedagogia da alternância possibilita ao jovem a formação profissional na perspectiva emancipatória de formação para a vida, possibilitando, além da permanência do jovem no campo, a atuação profissional como agente de desenvolvimento local de sua comunidade.

No artigo *A POLÍTICA EDUCACIONAL DA FIESC NA REVISTA INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE*, Mariléia Maria da Silva e Rodrigo Kaufmann Teixeira visam apresentar uma análise de aspectos da política educacional da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), expressa na revista *Indústria & Competitividade*. Os autores constatarem que a FIESC difunde conceitos e apresenta formulações para a educação contemplando aspectos relacionados à qualidade da educação, da escolaridade, da produtividade dos trabalhadores, do modelo educacional, do currículo das escolas e universidades, e da formação de professores.

No artigo *DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS COLABORATIVAS NA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL NO ENFRENTAMENTO À COVID-19*, Renata Carneiro Souza Gomes, Luiza Machado Pedrozo, Soraya Fernandes Mestriner e Luana Pinho de Mesquita Lago discutem o desenvolvimento de competências colaborativas para o trabalho em equipe por residentes no enfrentamento à Covid-19 em um município do Estado de São Paulo. As autoras realizaram um estudo descritivo, exploratório e

transversal de abordagem qualitativa, desenvolvido por meio de questionário e entrevistas semiestruturadas, concluindo que a clareza de papéis, funcionamento da equipe, comunicação interprofissional, atenção centrada no paciente, família e comunidade e resolução de conflitos foram competências desenvolvidas no serviço de teleatendimento, potencializadas pela política de humanização, o que os aproximou da prática colaborativa interprofissional.

Cristine Maria Warmling e Carolina Gasperin, no artigo *TRAJETÓRIAS DE LONGO VÍNCULO DE TRABALHO AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: PRÁTICAS DE GESTÃO DA SUBJETIVIDADE*, analisam as trajetórias de trabalhadores da saúde com longo vínculo de trabalho a um hospital público. De acordo com as autoras, os vínculos ao trabalho, construídos nas trajetórias dos trabalhadores, assumem diferentes sentidos: de contratuais, aos serviços e equipes, passando pelos vínculos aos modelos de saúde preconizados. Dessa forma, o aproveitamento das competências para o trabalho dos trabalhadores de longo vínculo ocorre pelo reconhecimento de seus conhecimentos tácitos.

No artigo *POLÍTICAS CURRICULARES E O EMPREENDEDORISMO NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA*, Erick Rodrigo Bucioli e Jani Alves da Silva Moreira, discutem de que forma o neoliberalismo, revestido da globalização, atua diretamente na definição de políticas públicas. Com destaque para as políticas curriculares para a educação básica, eles constataram que no processo de delineamento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), obteve-se redução da contribuição de educadores e pesquisadores e supervalorizou-se a contribuição de organismos privados e instituições internacionais multilaterais.

No artigo *ESCRITA ACADÊMICA EM CONTEXTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA*, Aline Braga Oliveira, Keila Teixeira Furtado, Eduardo César Pereira Souza e Laís Silveira Santos apresentam uma revisão sistemática da literatura em torno da escrita acadêmica (EC) em contexto de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), no período de 2002 a 2021. De acordo com os autores, ainda que se tenha encontrado somente oito produções sobre a EC em/para cursos de tecnologia, o mapeamento realizado pode contribuir para amenizar a ideia de que a modalidade tecnológica deve ser reduzida a um cunho estritamente de educação profissional, com pouca inserção no contexto da pesquisa científica.

Na sessão de resumos, na tese intitulada *ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO UTILIZADAS POR TRABALHADORES DA INDÚSTRIA TÊXTIL FRENTE AO TRABALHO REPETITIVO*, Alana Pires Dale realiza uma pesquisa com trabalhadores de uma indústria têxtil, do interior do Brasil, que realizam movimentos repetitivos em sua jornada laboral diária. O estudo de caso associou recursos metodológicos da Análise Ergonômica do Trabalho (AET) aos pressupostos e conceitos da Abordagem Ergológica do Trabalho. A partir dos dados empíricos, a pesquisa conclui que os sujeitos não são meros executores de tarefas, mas, sim, possuidores de saberes, vontades, valores, inteligências e histórias, e isso configura as maneiras como eles realizam as atividades, através de construções coletivas ou individuais de métodos de se protegerem no trabalho. Trazendo para destaque três pontos chave: a relação entre as estratégias, renormalizações e saúde; os riscos multicausais de adoecimentos (físicos, organizacionais) e; a não absoluta positividade das consequências da utilização de estratégias de enfrentamento, que tem como objetivo assegurar a saúde.

Na tese *TRABALHO, DOCÊNCIA E AUTONOMIA NOS INSTITUTOS FEDERAIS: AS POSSIBILIDADES DA REALIDADE A PARTIR DE UM ESTUDO NO IFNMG*, Paula Francisca da Silva tem como objetivo analisar as configurações do trabalho docente e da autonomia nos institutos federais. A pesquisa constata que a autonomia tem sido propagada pela classe dominante por meio de ideologias, políticas, legislações, diretrizes e normas como uma forma de sociabilidade que fragiliza o estabelecimento de relações de reciprocidade e de solidariedade social e facilita o atendimento das necessidades do capital. Por outro lado, como resposta às condições a que estão submetidos, a autonomia é reivindicada e/ou tomada pelos docentes que, motivados pela necessidade de tomar consciência de sua existência pessoal e social, criam situações corporificadas em adesão e/ou resistência à realidade dada. A maioria das formas de resistência é travada no terreno do direito, onde há limites jurídicos bem demarcados.

Na dissertação intitulada *A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO: O CASO UBER E O DESENVOLVIMENTO LOCAL*, Madalena Barbosa de Oliveira Cezário apresenta a seguinte questão: o que dizem os motoristas por aplicativo sobre exercerem essa atividade que não tem garantias trabalhistas? Para responder essa indagação, o estudo objetivou analisar a precarização das relações de trabalho na atividade dos motoristas que utilizam o aplicativo Uber como geração de renda, mesmo sem garantias trabalhistas, com vistas à produção de uma contribuição técnica na área da educação, com características de inovação social e voltada ao desenvolvimento local. Os dados indicaram trabalho em jornadas extenuantes, sem férias, às vezes sem intervalo durante a jornada, e com rebaixamento da remuneração a partir de 2016. O sentimento de insegurança foi outra constatação majoritária entre os entrevistados.

Na dissertação intitulada *CORPO-SI SEXUADO? O QUE NARRAM AS MULHERES DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO*, Graciela de Andrade BOSCHETTI busca compreender as relações sociais de sexo e seus mecanismos de segregação e exclusão das mulheres na área da Tecnologia da Informação (TI), a partir de dramáticas dos usos do corpo-si de mulheres que trabalham nesse setor terciário da economia. A pesquisa permitiu ampliar a reflexão sobre os essencialismos inerentes às diferenças biológicas que falaciosamente hierarquizam socialmente mulheres e homens em favor desses últimos, a falta de reconhecimento da qualificação técnica do trabalho realizado por elas, além de apresentar dinâmicas cotidianas realizadas no campo de trabalho como ações de enfrentamento à objetificação de seus corpos e propriedades intelectuais.

Boa leitura!

Sabina Maura Silva¹

Mislene Aparecida Gonçalves Rosa²

¹ <https://orcid.org/0000-0003-1820-7918>

² <https://orcid.org/0000-0002-7852-9647>